

REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Volume 2 – maio 2014 – ISSN 2318-2253

Periodicidade semestral: revista do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Brasília, DF.

Conselho Editorial:

Vinicius Marques de Carvalho – Presidente do CADE

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo – Superintendente-Geral do CADE

Correspondência Redatorial

Revista de Defesa da Concorrência

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano

CEP 70770504 – Brasília, DF

E-mail: revista@cade.gov.br

Sumário

Apresentação	2
I - Atualidades	
La Declaración de Lima (Hebert Tassano Velaochaga) <i>The Lima Declaration</i>	4
II – Doutrina Jurídica	
A cláusula de preferência em relações verticais entre empresas (João Marcelo da Costa e Silva Lima) <i>Preferential Clauses in Vertical Relations Between Companies</i>	11
Preço predatório: em busca de um sistema de avaliação condizente com as diretrizes do SBDC (Thiago Alves Duarte Faerman Soares) <i>Predatory Pricing: In Search of an Appropriate Standard within the Brazilian System</i>	33
Licenciamento de tecnologia sem cláusula de exclusividade: uma análise a partir do caso de licenciamento da intacta RR2 PROTM (Pollyana Pacheco Lima) <i>Technology Licensing Without Exclusivity: The Case of RR2 PROTM</i>	64
Considerações sobre <i>essential facilities e standard essential patents</i> nas guerras de patentes (Isabela Brockelmann Faria) <i>Considerations on Essential Facilities and Standard Essential Patents in Patent Wars</i>	89
Concorrência no Mercado bancário: Incremento da competência do Cade pelo argumento reputacional (André Luis M. Freire) <i>Competition in the Brazilian Market: Expanding Cade's Jurisdiction Due to Reputation</i>	106
Para onde vai o direito internacional concorrencial: das políticas alfandegárias à cooperação (Ângelo Menezes Silvino) <i>Where is International Competition Law Headed: From Customs Policy to Cooperation</i>	130
A posição das cooperativas no cenário concorrencial (Mônica Tiemy Fujimoto) <i>The Position of Cooperatives in the Competition Scenario</i>	154
A colaboração processual nos casos de cartel em face do princípio <i>Nemo tenetur se detegere</i> (Paula Kovalski Fernandes) <i>Procedural Cooperation in Cartel Cases in the Face of Nemo Tenetur Se Detegere</i>	173

Apresentação

A terceira edição da **Revista de Defesa da Concorrência** apresenta nove artigos e conta com a participação de Hebert Tassano Velaochaga, Presidente do *Consejo Directivo del Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual* (INDECOPI em seu acrônimo em espanhol), cujo trabalho contribui para diversificar as perspectivas e as abordagens das problemáticas no âmbito da defesa da concorrência. Desse modo, buscamos, uma vez mais, evidenciar internacionalmente a revista.

Essa edição segue o formato de apresentação das primeiras edições, com uma parte sobre “Atualidades” e outra dedicada à “Doutrina”.

Na seção “Atualidades”, como mencionado anteriormente, contamos com o artigo do Dr. Hebert Tassano Velaochaga, Presidente do *Consejo Directivo del Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual* (INDECOPI em seu acrônimo em espanhol), a autoridade da concorrência do Peru, membro do *Tribunal de Solución de Controversias del OSIPTEL* e membro do *Cuerpo Colegiado de OSITRAN*. O autor aborda a questão da cooperação internacional em matéria concorrencial para fiscalização de atividades anticoncorrenciais internacionais, através de “*La Declaración de Lima - Una acción concreta para el fortalecimiento de la cooperación entre agencias en la fiscalización de actividades anticompetitivas transfronterizas*”. Ao apresentar a posição do INDECOPI em relação a cooperação internacional, a publicação dá continuidade ao processo de divulgação do importante trabalho desenvolvido pelas autoridades de defesa da concorrência, em especial latino-americanas.

Na seção de “Doutrina”, referente à doutrina jurídica, apresentamos oito artigos que cobrem diversos temas concorrenciais.

Começando pelo artigo “A cláusula de preferência em relações verticais entre empresas” que oferece subsídios que considerem os efeitos anticompetitivos e as eficiências em uma análise sistematizada da cláusula de preferência. Em seguida, o artigo “Preço predatório: em busca de um sistema de avaliação condizente com as diretrizes do SBDC” aborda um controverso fenômeno de extrema complexidade - a prática de preço predatório. Um estudo acerca da perspectiva de contratos de licenciamento de propriedade intelectual

como via para atos de concentração, que parte da análise de caso de licenciamento da tecnologia na produção de sementes de soja no Brasil é relatado no artigo “Licenciamento de tecnologia sem cláusula de exclusividade: uma análise a partir do caso de licenciamento da INTACTA RR2 PROTM”. Seguindo a discussão sobre licenciamento de propriedade intelectual, o artigo “Considerações sobre *essential facilities* e *standard essential patents* nas guerras de patentes de TI” aborda as ‘guerras de patentes’ entre companhias do mercado de tecnologia da informação, a qual depende de licenciamento compreendido por meio da doutrina das *essential facilities*. No artigo “Concorrência no mercado bancário: incremento da competência do Cade pelo argumento reputacional” o autor aborda a questão da titularidade da competência para defesa da concorrência no setor financeiro. O artigo “Para onde vai o Direito Internacional Concorrencial: das políticas alfandegárias ao cooperativismo” através de uma abordagem histórica e comparativa investiga o atual panorama do Direito Internacional Concorrencial. O artigo “A posição das cooperativas no cenário concorrencial” aborda o controverso tema das relações concorrenciais dos cooperados, sua vulnerabilidade (quando vistos como agentes individuais) e seu potencial competitivo (enquanto cooperativa). Por fim, o artigo “A colaboração processual nos casos de cartel em face do princípio *nemo tenetur se detegere*.” analisa no que se refere à infração de cartel e seus desdobramentos criminais, a relação entre a colaboração processual ativa no âmbito administrativo e o direito de não produzir provas contra si mesmo.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Vinicius Marques de Carvalho

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo

Editores-chefes da Revista de Defesa da Concorrência